



Dificuldade na desincubação em economia solidária: Os ganhos em se manter dependente da universidade

Sanyo Drummond Pires¹, Isabela Aquino Oliveira Lima², Matías Ignacio Lagos Castro³

Resumo: O presente artigo apresenta um estudo de caso no qual se analisa a resistência ao término do processo de incubação de um empreendimento de economia solidária (EES) em uma incubadora universitária. A análise parte de uma reflexão crítica da participação dos autores e de uma análise da influência do contexto institucional universitário na configuração do processo de incubação e sua relação a outras ações de extensão universitária. Utilizando como referenciais teóricos a psicossociologia e a psicanálise, propõem-se uma analogia ao conceito da clínica psicanalítica de ganho secundário com a doença, para explicar a manutenção em processo de incubação por tempo indefinido, mantendo sua dependência da universidade como espaço de comercialização de seus produtos. Analisou-se que a resistência ao término do processo, para além dos ganhos de manter o mercado da universidade por parte do EES, também ocorria em função de uma política de uso da extensão na universidade para suprir demandas internas, bem como da manutenção de privilégios para a equipe do projeto de extensão, em detrimento da incubadora como um todo. Conclui-se que essa articulação de demandas, e não somente os ganhos específicos dos membros do EES, seriam os responsáveis pela a resistência ao término do processo de incubação.

Palavras-chave: Incubadoras Universitárias; Ganho Secundário com a Doença; Extensão Universitária

Digital inclusion of elderly individuals: A comparative study on self-efficacy and quality of life in a university extension program

Abstract: This article presents a case study in which resistance to the end of a solidarity economy enterprise (EES) incubation process in a university incubator is analyzed. The analysis is based on a critical reflection on the participation of the authors and an analysis of the influence of the university institutional context on the configuration of the incubation process and its relationship to other university extension actions. Using psychosociology and psychoanalysis as theoretical references, we propose an analogy to the concept of the psychoanalytic clinic of secondary gain from the disease to explain the maintenance in an incubation process for an indefinite period, maintaining its dependence on the university as a space for commercializing its products. It was analyzed that resistance to the end of the process, in addition to the gains of maintaining the university market by EES, also occurred due to its use within a policy of using extension at the university to meet internal demands, as well such as maintaining privileges for the extension project team, to the detriment of the incubator as a whole. This articulation of demands, and not just the specific gains of the EES members, would be responsible for the resistance to the end of the incubation process.

Keywords: University Incubator; Disease Secondary Gain; University Extension

Originais recebidos em
17 de abril de 2023

Aceito para publicação em
29 de junho de 2024

1
Doutor em Psicologia, Professor na
Universidade Federal do Grande
Dourados (UFGD), Dourados-MS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-7269-2112>
sanyodrummond@yahoo.com.br

2
Psicóloga pela Universidad de
Concepción e Doutoranda em
Psicoterapia da Pontificia Universidad
Católica de Chile y de la Universidad de
Chile, Santiago, Chile
<https://orcid.org/0000-0002-4525-259X>
(autora para correspondência)
isabelaaquinolima@gmail.com

3
Psicólogo pela Universidad de
Concepción e Mestre em Psicologia
Comunitária pela Universidad de Chile,
Santiago, Chile
<https://orcid.org/0000-0001-6428-8750>
psmatiaslagos@gmail.com

Introdução

Com o desenvolvimento da economia solidária que ocorreu no Brasil entre 2003 e 2015, um dos elementos que também se desenvolveu foi a relação universidade-economia solidária, em que, além de pesquisas sobre o tema, também pode-se perceber o aumento do número de incubadoras universitárias voltadas para empreendimentos autogestionários e de economia solidária (EESs). Com isso, toda uma série de experiências pôde ser acumulada, e avançou-se na compreensão da multiplicidade de fatores ligados aos processos de incubação desses empreendimentos.

Dentre esses múltiplos fatores, a dimensão psicossocial se mostra como um fator que começa a ser explorado de maneira mais sistemática por alguns autores, embora ainda se concentre principalmente em relação aos processos de construção de sentido sobre o trabalho nos EESs e sobre os conflitos na construção de um imaginário social da economia solidária, construída em relação a um imaginário econômico hegemônico mais geral (Moraes et al., 2018). Da mesma forma, avançam também os estudos sobre o papel das incubadoras universitárias dentro do contexto da economia solidária, principalmente por sua função de produzir conhecimentos sobre o tema e de formação de profissionais voltados para a área (Ferreira et al., 2022).

Porém, uma articulação dos dois temas ainda é pouco explorada em profundidade. Tal articulação nos permitiria buscar uma compreensão das dinâmicas psicossociais presentes nesses processos de incubação e sua relação com as especificidades do trabalho autogestionário, bem como seu impacto nas mudanças, no sujeito ou em um grupo social, de uma lógica de trabalho heterogerido para um trabalho autogerido e baseado nos valores da solidariedade (Pires & Silva, 2019).

O presente trabalho situa-se dentro de uma pesquisa mais ampla, que analisa um aspecto específico dessas dinâmicas psicossociais, que é a resistência ao processo de incubação. O termo resistência, muitas vezes usado como um atributo da economia solidária em relação ao capitalismo é então aqui revisto, a partir da compreensão de que o conflito capital x trabalho é uma expressão específica do capitalismo de um conflito mais amplo, que vai ocorrer em qualquer sistema produtivo, do sujeito com a organização do trabalho (Enriquez, 2002). Nesse sentido, de uma forma ou de outra, o trabalhador sempre resiste a essa organização.

Utilizamos como base para pensar tais resistências ao processo de incubação às resistências ligadas ao processo de análise pessoal (Freud, 1996a), procurando, em analogia a tais processos, estruturar compreensões de suas possíveis manifestações dentro do campo social e, em especial, dentro do campo das relações e dinâmicas de trabalho (Pires et al., 2022). Nesse texto em específico, pretendemos realizar uma analogia com o conceito de “ganho secundário com a doença”, situação na qual a neurose se mantém apesar da análise, sendo reforçada por uma série de ganhos secundários, que precisariam ser eles próprios revistos antes da elaboração dos conflitos intrapsíquicos associados à doença em si. Considera-se então a situação de dependência do empreendimento, e a não busca de superação desta situação, em analogia à neurose e a resistência, como as ações voltadas para a não assunção da autonomia na determinação das atividades na vida cotidiana.

Contexto da análise

O presente trabalho parte da análise da resistência ao término do processo de incubação de um empreendimento do ramo alimentício na Incubadora de Tecnologias Sociais de uma universidade federal, em processo de incubação há cinco anos (período pré-pandemia), e sem perspectiva de término deste. Esse processo de incubação, além da orientação técnica para a produção de alimentos, contava também com a disponibilização da estrutura da incubadora, que consta de uma cozinha industrial, um salão com mobiliário e

material de restaurante (mesas, cadeiras, toalhas, pratos, talheres e balcão para exposição de alimentos e outros utensílios), além de insumos, como gás, material de escritório, alguns alimentos, computadores e material de escritório para a realização das atividades administrativas. Como parte do processo de incubação, também existe a liberação para comercialização de alimentos dentro da universidade, a partir dos espaços do próprio salão da incubadora, e de outros dois pontos dentro do campus universitário.

O empreendimento fora estruturado inicialmente como desenvolvimento de outros projetos de extensão em um assentamento rural no município, principalmente ligados à produção de alimentos. Uma das ações desses projetos foi a estruturação de um espaço de comercialização dentro da universidade, inicialmente em forma de feiras, e que foi se desenvolvendo até que se criasse o empreendimento no formato de um restaurante. Com isso, possibilitava-se o acesso a um mercado de consumo para os produtos do assentamento, reforçando assim as ações decorrentes dos outros projetos de extensão.

Essas ações também supriam demandas da própria comunidade universitária de produtos de qualidade, e produzida sem agrotóxicos. No entanto, com o passar dos anos, o que se pode perceber foi uma diminuição da presença dos produtos do assentamento de forma geral, como nas feiras, que foram ocorrendo em intervalos cada vez maiores, e a concentração das ações no empreendimento analisado, e em uma família específica do assentamento, ou de pessoas que essa família selecionava para participarem do projeto.

Com o grande crescimento do número de alunos e professores das universidades (além da universidade federal em questão há, separada somente por uma rua, a sede de um campus de uma universidade estadual), e como esses campi ficam distantes da área urbana da cidade, portanto sem acesso a serviços e comércios, começaram a ocorrer problemas sistemáticos no abastecimento de alimentos para a crescente população acadêmica, que mais que dobrou em dez anos, mas manteve a mesma estrutura de alimentação.

Embora essa situação gerasse uma constante insatisfação na comunidade acadêmica, pouco se fez no sentido aumentar a estrutura de alimentação da universidade, sendo priorizadas outras áreas de investimento. As iniciativas realizadas geralmente se caracterizavam pela tentativa de atração de empreendimentos em sistemas precários, como *food trucks*, ou a tolerância de vendedores informais. Dentro desse contexto de ausência de uma política sistemática de abastecimento alimentar dos campi das duas universidades, uma das formas encontradas foi a de utilizar as ações de extensão, principalmente voltadas para a produção de alimentos no contexto rural, como forma de auxiliar nesse suprimento.

É interessante notar que essa mesma perspectiva de uso da extensão para suprir demandas do campus foi pensada também para suprir outras demandas, como as relacionadas ao acesso à serviços de saúde por parte dos membros da comunidade acadêmica, pois o campus não possui posto de saúde ou ações de assistência estudantil. Essa ausência de políticas para esses públicos (principalmente os estudantes), seja por falta de recursos, seja pela absorção dos recursos recebidos prioritariamente para garantir o crescimento da estrutura de ensino da universidade, gerou, além da falta de uma política de abastecimento, também uma falta de espaço para a discussão da mesma, falta essa que se arrefeceu ainda mais, à medida que as ações de extensão começaram a ser sistematicamente utilizadas como forma de tentar suprir tais necessidades.

Por fim, cabe ressaltar também a utilização do espaço da incubadora não só pelo empreendimento, mas também pela equipe de professores, técnicos e alunos que participam desse projeto. Com o direcionamento de recursos de editais e da universidade para o projeto de incubação desse empreendimento específico, estruturou-se, além das demandas dos membros do empreendimento, e de ações voltadas para suprir demandas de alimentos da comunidade universitária por parte das administrações centrais, também a demanda de um grupo de professores, técnicos e alunos que, no decorrer das atividades da incubadora, criavam uma série de atritos com professores ou equipes ligadas a outros projetos. Um fato interessante nesse caso, é que a incubadora ficou sem seus técnicos, mas manteve os técnicos em alimentação ligados ao projeto.

Tal fato, em conjunto com o processo de desestruturação tanto da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) após a queda do Governo Dilma, quanto da desestruturação da própria ITESS (Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias) pela administração central da universidade, por meio de incorporação da mesma em um grupo mais amplo de incubadoras tradicionais e tecnológicas, regidas pelos princípios tradicionais, resultou no afastamento da maior parte dos professores que haviam criado a ITESS e que nela desenvolviam projetos. É interessante notar aqui que o que foi sendo retirado da incubadora foi justamente as noções de economia solidária, inclusive no próprio projeto em questão, em que a equipe de professores e técnicos da universidade que acompanhavam o projeto não possuíam nenhuma trajetória de pesquisa ligada à área, existindo então uma orientação eminentemente técnica. Essa orientação técnica era, inclusive, o discurso utilizado para o questionamento e ataque a outros projetos, com perfil mais social.

Conceito de ganho secundário com a doença

Freud (1996b) já indicava que existem dois tipos de ganho associados aos motivos de uma neurose. Os ganhos primários seriam os associados a elementos internos, ou seja, associados a ganhos decorrentes do alívio proporcionado pelo arranjo de compromisso que constitui o sintoma. No entanto, vai também estabelecer outro tipo de ganho que, embora não estivesse presente no início da doença, vai a ela se somar, completando assim o quadro de como a doença precisa ser compreendida plenamente, ou seja, os ganhos secundários.

Estes, embora não se estruturam enquanto organização da economia psíquica, possuem para essa uma serventia, ainda que secundária, que vai reforçá-la, gerando um ganho extra, e aumentando enormemente a resistência à sua análise. Estes ganhos são os que podem ser aferidos, externamente, em função da doença, como atenção, tolerância, entre outros, que poderiam não estar presentes na vida do sujeito anterior, ou só estarem à custa de grande esforço. O sujeito poderia então se acostumar, ainda que inconscientemente, com tais ganhos, e a perspectiva de perdê-los seria entendida como um risco e, conseqüentemente, todo movimento de elaboração associado à sua superação seriam objeto de repressão.

O tema é retomado por Freud (1996c). Questionando a perspectiva de que todas as situações patológicas teriam uma melhor saída com seu tratamento e sua superação, o autor vai abordar a noção de ganho secundário, agora dentro de uma perspectiva mais ampla, na qual este se estrutura dentro de um quadro onde ficam explicitados que tais ganhos secundários, se estabelecidos por um período maior de tempo, acabam por se configurar como parte do modo de vida do sujeito, estabelecendo uma autonomia e relações próprias com outros processos mentais.

Em outras palavras, o sujeito acaba por estruturar diversos elementos de sua vida tendo por base o pressuposto da existência e da manutenção dos ganhos decorrentes da doença, e, portanto, tendo o fato de ser doente como base para tal organização. A superação da doença não se referiria então somente como um ataque ao arranjo psíquico que gera desprazer ao sujeito, mas a todo um conjunto de formas de se posicionar defensivamente frente à realidade, que são estruturados para garantir aqueles ganhos, ainda que estes sejam atravessados por um conjunto de perdas e sofrimentos.

O tema é retomado uma terceira vez por Freud (1996a), quando aborda de maneira mais detalhada como o ganho vai se estruturar em relação aos sintomas. Segundo o autor, o sintoma coloca para o ego, que é uma instância psíquica organizada e organizadora por excelência, um elemento que demanda ser incorporado nessa organização. Nesse caso, a demanda do psiquismo que foi recalcada, e que buscava ser inserida na ordem de satisfação estabelecida pelo ego é substituída por sua satisfação por meio do sintoma na organização egóica, se tornando parte de sua estrutura, só sendo revista à custa de um grande esforço em relação à reestruturação dessa organização.

No entanto, o autor alerta que essa incorporação não é decorrente de uma estratégia de usufruir dos ganhos decorrentes do sintoma. Pelo contrário, o sintoma representa justamente a não consecução de uma satisfação, e uma tentativa de suprir essa não satisfação por meio de um outro ganho. Freud coloca como exemplo o caso de um homem que, ao perder as pernas em um acidente de trabalho, ganha a oportunidade de não trabalhar mais, devido a receber uma pensão. O ganho decorre nesse caso não é decorrente de uma ação intencional, mas de uma tentativa de compensação de uma perda, que não se compara às possibilidades de ganho caso essa perda não houvesse ocorrido.

No entanto, o que se estabelece é que, uma vez que tal satisfação é reprimida e ganha um substituto no sintoma (que vai gerar tanto uma satisfação substituta, quanto uma série de problemas e sofrimentos para o sujeito), quanto mais esse permanece no sujeito, maior a resistência para buscar analisar os fatores causadores do recalque (que já podem ter deixado de existir) e do impulso reprimido associado à satisfação inicial.

Para que tal processo possa ser revisto, é primeiro necessário buscar superar as repressões que o mantem inconsciente, analisando os elementos repressivos que a ele são dirigidos. Porém, pouco adianta tal ação se o sujeito não estiver disposto, tanto ao árduo trabalho de elaboração que precisará ser feito para analisar essas causas da repressão e buscar superá-las, quanto a renunciar aos ganhos decorrentes da doença, para buscar outros ganhos, mais sólidos e menos mesclados com as perdas impostas pelo sintoma.

A partir dessa breve descrição da noção de ganho secundário com a doença, propomos então a questão: em que medida, tais conceitos podem ser pensados dentro do contexto social e, principalmente, no contexto institucional das incubadoras? Para exemplificar o uso do conceito de ganho secundário com a doença no âmbito institucional, passaremos à análise do contexto levando em conta essas noções conceituais, procurando encontrar possibilidades de nova compreensão da resistência ao término da incubação, levando em conta, além os aspectos sociais e econômicos, também os aspectos psicossociais.

No entanto, antes de entrar propriamente na análise, faremos uma breve descrição do método utilizado para obter as informações do estudo, além de ponderações em função da implicação dos autores em relação ao objeto e ao tema da análise.

Procedimentos Metodológicos

Quanto à metodologia do presente estudo é importante fazer duas ressalvas. A primeira é que ele não ocorreu a partir de um recorte de pesquisa pré-estruturado, mas da análise das dinâmicas de um projeto de extensão, a partir das demandas de análise que surgiram durante o próprio correr do projeto. A segunda é que o projeto em questão não era coordenado pelos autores, sendo que os contatos com o mesmo ocorreram a partir dos lugares de capacitador (em uma capacitação sobre fundamentos de economia solidária), e de coordenador da incubadora, à época da análise, por parte do primeiro autor, e como e como analistas externos ao processo por parte dos outros dois autores, não tendo esses participado da observação direta dos dados descritos, e sendo responsáveis principalmente em parte da elaboração conceitual do presente artigo.

Os dados foram então obtidos principalmente por observação de campo, observação participativa, e conversas sobre o tema com diferentes atores institucionais. As análises interpretativas dessas observações e conversas, também não passaram pela discussão e corroboração por parte dos próprios atores envolvidos na mesma. Como é indicado por Machado (2010), se configura então como hipótese explicativa ainda a ser corroborada.

Resultados

Entre as observações feitas pelos autores, podemos citar inicialmente a dificuldade de adesão do EES aos processos de treinamento gerencial da incubadora e ao não término da incubação. A observação foi realizada enquanto capacitador, em um curso sobre fundamentos da economia solidária. Nela, e em conversas com outros capacitadores, pudemos perceber que a adesão aos processos formativos, principalmente relacionados à economia solidária, ou à gestão de maneira geral, era baixo, havendo mais adesão a aspectos técnicos de produção de alimentos.

Nesse sentido, algumas falas durante o processo de capacitação, como as relacionadas à pouca importância do tema da economia solidária, ou à pouca participação do conjunto dos membros do EES nas atividades de gestão ou controle das atividades, que não fossem da cozinha (que eram realizadas geralmente somente pela coordenadora ou pela técnica ligada ao projeto), eram indicativos dessa pouca vinculação com um processo de autonomia. Mesmo quando os membros do EES eram interpelados pela coordenação do projeto para participar e aprender a realizar tais atividades administrativas, geralmente uma só pessoa ia participar de tal atividade.

Aqui fazemos uma ressalva, pois, tal fato, como outros que analisaremos abaixo, pode também estar associado ao esvaziamento ocorrido na incubadora por parte dos professores ligados à temática da economia solidária, em função da precarização da mesma. Os professores mais ligados ao projeto em análise possuíam pouca experiência prévia sobre o tema, sendo uma temática secundária na produção acadêmica dos mesmos.

Essa evasão por parte dos outros professores estava associada, além de discordâncias relacionadas à gestão da incubadora por parte da administração central, também em relação ao projeto específico. Em uma série de momentos houve problemas entre coordenadores de outros projetos com a coordenação do projeto em estudo, principalmente em relação ao uso do espaço e de equipamentos da incubadora. O mesmo ocorria em relação à designação de servidores técnico-administrativos, pois os técnicos com funções gerais, ou ligados diretamente à economia solidária, foram sendo substituídos por técnicos das áreas de produção de alimentos, voltados especificamente para o projeto em estudo.

Esse quadro reforçou uma justificativa técnica (relacionada principalmente às questões de segurança alimentar) para a exclusão dos outros projetos e do uso cada vez maior da incubadora pelo empreendimento em análise. Além disso, os recursos que eram destinados à incubadora foram sendo cada vez mais alocados somente para o projeto em estudo, havendo pouca possibilidade de desenvolvimento de outros projetos, ainda que em teoria houvesse recursos para isso.

Essas questões foram levadas para discussão com a Pró-Reitoria de Extensão, por parte de um dos autores deste artigo, enquanto coordenador das incubadoras. Esta, por sua vez, também apresentou resistência frente aos questionamentos, ressaltando a importância dos empreendimentos para o abastecimento alimentar do campus. É interessante notar aqui que essa resistência se mostrava associada a uma percepção da desestruturação das ações de abastecimento no campus, que ocorria para além do restaurante universitário e de um restaurante no campus vizinho, e de três *food trucks* devidamente conveniados, e principalmente por meio de vendedores informais, que, por realizarem suas vendas mais próximas aos locais de aula, representavam uma parcela significativa dos alimentos consumidos.

Os questionamentos de tais situações levavam geralmente a uma demanda por parte da administração central de que as atividades de extensão incorporassem esses vendedores em processos de treinamento e de

formalização, o que não havia sido demandados pelos mesmos. Em outras palavras, frente ao questionamento da lógica que percebíamos como problema na dinâmica do processo de incubação do empreendimento, e que não apresentava um processo de formalização real e não buscava autonomia, mas a manutenção de uma situação irregular de ocupação de um espaço público para comercialização de produtos, sem o devido trâmite institucional, o que era proposto é que tal lógica fosse ampliada. Além disso, que principalmente fosse ampliada de maneira técnica, sem envolvimento da comunidade acadêmica, cujos membros seriam os principais interessados na estruturação do debate ou na participação nas tomadas de decisão.

Nesse sentido é interessante notar que nas ações e posicionamentos dos diversos atores envolvidos, tanto do empreendimento, quanto da coordenação do projeto, quanto da administração central da universidade, que a dimensão política do projeto era justificada em função do projeto pertencer a um assentamento rural, objeto de uma série de outros projetos da universidade, e que com ele expandia-se e dava-se continuidade a esses projetos e a um compromisso social da universidade. A justificativa política se mostra então como uma forma de deslocar a questão central, que é a participação da comunidade acadêmica, o agente político interessado, para outro compromisso, com a comunidade externa. Tal deslocamento, no entanto, ignorava o fato do processo de concentração dessa representação da comunidade em um pequeno grupo, e da diminuição sistemática da comercialização dos produtos do assentamento de forma geral na universidade.

Discussão

A adaptação de conceitos voltados para a clínica individual para contextos sociais se mostra dotada de uma série de problemas, que demandam atenção, principalmente quando ainda não corroboradas por uma discussão mais ampla que envolva diferentes pesquisadores e contextos de pesquisa. No entanto, não se configura como uma impossibilidade. Uma tentativa sistemática de realizar tais trabalhos pode ser percebida dentro de campos teóricos da própria psicanálise, tanto em relação às dinâmicas sociais quanto em relação ao trabalho (Freud, 1996d), mas também de propostas como os da psicossociologia, onde as dinâmicas pulsionais e os mecanismos de defesa e sofrimento psíquico são analisados dentro dos contextos das instituições produtivas e das formas de organização do trabalho (Enriquez, 2002).

A análise das situações contextuais descritas inicialmente procurou compreender as dinâmicas psíquicas subjacentes a essas situações, e como essas podem ser analisadas em analogia à noção de ganho secundário com a doença. No entanto, para além dos processos psicossociais, a análise procura destacar o fato de que as ações de extensão podem se estruturar em arranjos que ultrapassam as intenções dos gestores das universidades e das equipes de extensão, e precisam ser analisadas criticamente, não só enquanto ações ou projetos pensados de forma isolada, ou previstas formalmente, mas também na forma como estas se articulam.

Do ponto de vista de tais considerações, a primeira situação que nos chama a atenção é o da própria articulação das demandas entre diferentes agentes, principalmente a partir do não enfrentamento de elementos conflitivos, que poderiam gerar ganhos secundários para todos. Temos então um conjunto de demandas: as de reestruturação e de investimentos por parte da administração central nas políticas de abastecimento do campus, que seriam atendidas, ainda que parcialmente, pelas ações de extensão criadas pela incubadora; as dos empreendimentos que ganham um mercado, ainda que não se estruturam de forma autônoma e fiquem dependentes de estarem em incubação; e as da coordenação do projeto, que consegue recursos para desenvolvimento de estudos, ainda que seja à custa da desestruturação da incubadora e do afastamento das propostas iniciais da mesma, em relação à economia solidária e à autogestão.

Esse último ponto precisa ser ressaltado, pois, apesar de haver um desenvolvimento técnico (na área de produção de alimentos) dos membros do EES, o processo de incubação acaba por manter uma incapacitação

nos membros do projeto. Estes ficam dependentes não só do mercado da universidade, e da estrutura e insumos de produção da incubadora, mas também da orientação técnica e gerencial da equipe coordenadora do projeto.

Podemos fazer aqui então uma analogia com a noção de ganho secundário, pois a manutenção da resistência não se encontra somente no sujeito/empreendimento, mas em um contexto onde múltiplos arranjos se reforçam. Tal reforço ocorre pela criação de formas de satisfação parcial das necessidades dos diferentes atores envolvidos que, por sua vez, desinvestem a estruturação de outras formas de satisfação que sejam, ou mais efetivas, ou mais flexíveis às mudanças nas situações dos sujeitos, mantendo-os na situação de dependência.

Da mesma forma, a resistência encontra também na situação um processo análogo ao da repressão no sujeito, que impede neste a percepção consciente da própria situação. No contexto institucional, tal repressão, no entanto, se manifesta pelo impedimento à publicização da discussão com a comunidade acadêmica, repressão essa reforçada por meio de discursos de justificação social que, baseados em conceitos e fatos difusos e generalistas, não consideram a realidade dos fatos vivenciados.

A não publicização da discussão não se manifesta somente pelo não envolvimento dos diferentes atores da comunidade acadêmica em uma determinação de políticas amplas sobre o tema da alimentação no campus, mas são reforçados também pela estruturação dos editais com julgamento interno pela administração central. Mais uma vez aqui o discurso técnico e burocrático emerge como elemento justificador dos processos de não enfrentamento dos elementos conflitivos, e de manutenção da tomada de consciência sobre tais conflitos fora do planejamento das ações para a solução das mesmas.

Essa interpretação é reforçada por outro fato. Houve, em alguns momentos, tentativas de atrair empresas de alimentação para o campus, por meio de editais. Mas estes não foram bem-sucedidos, pelo baixo interesse de empresas da região, dadas as condições dos editais e estruturas de comercialização disponíveis no campus. O fato, no entanto, ao invés de ser objeto de análise e discussão ampliada, levou a um retraimento da discussão. Manteve-se então a presença dos vendedores informais e a utilização das ações de extensão no abastecimento de alimentos no campus.

Da mesma forma, o discurso político de que existiria uma demanda social sendo cumprida, e que desconsidera a situação real da não representatividade da comunidade de forma efetiva, em função da concentração das atividades em uma família, se estrutura como um processo de racionalização que possui a função de manter a realidade afastada do processo de análise, impedindo assim uma elaboração e reforçando a resistência. Observamos então um processo análogo ao da manutenção da situação conflitiva fora da consciência, presente no ganho secundário com a doença. Os conflitos inerentes ao arranjo são então, ao mesmo tempo, negados e impedidos de aflorarem para serem discutidos.

A segunda situação é a do impedimento do processo de autonomia, e a manutenção da dependência mútua entre os diferentes agentes envolvidos. O ganho secundário, nesses casos, embora seja um ganho parcial, não se compara com os ganhos possíveis decorrentes de uma situação de autonomia. Nesse sentido, se aplica bem à situação a analogia proposta por Freud (1996c) do operário que, decorrente de um acidente de trabalho que gera a amputação de suas pernas, consegue acesso a uma pensão por invalidez. O ganho decorrente da situação de dependência, embora supra algumas necessidades do sujeito, não se compararia ao estado saudável de não dependência, e das possibilidades dele decorrentes.

No entanto, como existe um arranjo de diferentes atores que se reforçam mutuamente, esse arranjo tende a se manter, ainda que as possibilidades concretas de sua superação estejam presentes. Estas então seriam, ou não consideradas, ou percebidas, e tratadas como impossibilidades. Essa perda da percepção da realidade, decorrente da repressão, é demonstrada por Freud (1996e), e se caracteriza pela manutenção de uma

percepção da realidade de maneira geral, mas mantendo recalcado um de seus elementos, geralmente associado a um instinto reprimido, característica essa associada às neuroses.

O mesmo pode ser percebido no contexto da dependência mútua, onde os elementos que precisam ser analisados são considerados, mas com lacunas nessa consideração, sendo alguns elementos reprimidos da percepção dos atores envolvidos. A não estruturação de uma política de alimentação no campus; o uso da extensão para satisfação de demandas da comunidade acadêmica; o uso de espaços públicos por meio de grupos privados sem editais por parte da administração central; a dependência do mercado universitário e a falta de autonomia para gestão e comercialização dos produtos; a não aquisição formal de equipamentos e insumos por parte do empreendimento; e a dependência e não absorção das competências de gestão passadas por parte da equipe que coordena o projeto; são todos eles elementos conflitivos recalcados.

Embora se mantenha uma saída para o problema central, ou seja, da produção de alimentos por parte do EES, tal manutenção ocorre sobre a camada da racionalização dos discursos e justificativas técnicas e políticas, que existem mais para evitar o debate do que para fundamentá-lo. A superação da dependência mútua é entendida aqui então em analogia à superação da neurose, e da resistência à superação da mesma, que caracterizaria o ganho secundário da doença que, ao mesmo tempo em que mantém uma forma de saciação de uma demanda, a realiza de forma parcial, e à custa da exclusão de uma série de outros elementos que também demandam satisfação, por parte dos diferentes atores envolvidos.

Por fim, o terceiro elemento que caracterizaria a analogia seria a introjeção de uma alternativa emergencial como parte estrutural da organização dos atores envolvidos. As ações que inicialmente se propunham a resolver um problema de forma precária, mas emergencialmente, em função de dificuldades ou falta de possibilidades alternativas, vão aos poucos se estruturando como parte constituinte dos próprios atores. As ações de busca de superação das dificuldades presentes no primeiro momento, que levaram à alternativa emergencial, deixam de ser buscadas, e o arranjo passa a ser normalizado, como se fosse a única alternativa possível, não havendo outras possibilidades fora dela.

Essa introjeção pode ser percebida principalmente por parte da administração central da universidade, em função da expansão da lógica de uso das atividades de extensão do contexto da alimentação também para outros contextos, como o de atenção à saúde no campus. Da mesma forma, a naturalização da situação de dependência se expressa na baixa adesão dos membros do empreendimento aos treinamentos ligados à capacitação para a gestão, ou por parte da equipe que coordena o projeto por meio do refúgio em uma justificativa tecno-sanitária para sustentar um lugar prioritário, em detrimento de outros projetos, dentro da incubadora.

Esse último fato se expressava por seguidas justificativas que alegavam que o projeto não poderia prosseguir caso as demandas do projeto não fossem atendidas, pois não poderiam se responsabilizar por problemas que poderiam ocorrer com a produção de alimentos, caso outros projetos (de outras equipes) não utilizassem de maneira correta os equipamentos ou instalações da incubadora. A justificativa se mostrava enviesada, principalmente porque, na prática, se estendia a outros espaços, que não eram diretamente associados à produção de alimentos, o que, como era de se esperar, causava conflitos e o afastamento de outros pesquisadores da incubadora.

Conclusão

A partir das análises realizadas, consideramos que a utilização da descrição das resistências ao processo de análise pode nos indicar possibilidades de interpretações das resistências ao processo de incubação e nos fornece novas formas de abordar essas questões. Consideramos que a resistência proveniente do ganho

secundário com a doença, descrito pela psicanálise, poderia servir como modelo para analisar a resistência aos processos de desincubação encontrada em incubadoras universitárias.

A partir desse modelo podemos ter alguns ganhos explicativos, principalmente: a) a compreensão da dimensão psicossocial que é subjacente ao arranjo político/econômico que sustenta a resistência ao término da incubação nos diferentes atores envolvidos; b) a identificação do modo como é estabelecida uma solução de compromisso para evitar conflitos e da forma como ele se incorpora como parte estrutural da organização dos atores envolvidos; c) a identificação de que o que precisa ser objeto de intervenção em casos semelhantes não é o sujeito (ou o EES), mas o arranjo institucional que causa a situação de ganho secundário à custa da não autonomia do empreendimento; e d) a percepção dos ganhos secundários que potencializam o arranjo e o direcionamento da discussão e das ações para a superação das dificuldades dos mesmos, a partir de uma situação de autonomia.

Embora o presente artigo apresente as limitações relacionadas a um estudo de caso e de se basear em uma adaptação conceitual ainda em estado inicial, ele nos indica que as ações de extensão universitária podem estruturar arranjos que muitas vezes passam despercebidos para os diversos atores neles envolvidos, e que acabam por encaminhar essas ações a objetivos que se afastam, ou mesmo contradizem, as intenções iniciais desses atores. A análise crítica de tais ações, bem como os sistemas de avaliação das políticas de extensão universitária por parte dos gestores, deveria então incorporar uma constante vigilância sobre esses arranjos, considerando tanto seus aspectos formais, previstos nos projetos, quanto os que se efetivam de fato, muitas vezes, imprevistos, ou desconsiderados.

Em contexto de precarização, como os que o ensino superior vivenciou nos últimos anos, essa vigilância deve ser redobrada, pois a necessidades de criar formas de superar as dificuldades impostas podem levar a busca de soluções que, a princípio emergenciais e passageiras, tendem a se cristalizar e serem normalizadas na universidade. Cabe destacar então que essa vigilância deve passar não só por uma análise crítica técnica, mas também pela participação efetiva da comunidade universitária nessa avaliação, para verificar até que ponto tais arranjos podem de fato ser modificados, e aqueles para os quais ainda não se encontram soluções, ou se essas soluções efetivadas poderiam criar problemas ainda maiores que os já presentes.

Por fim, às considerações acima podemos somar uma pós-análise. A observação dos fatos descritos acima ocorreu no período anterior à pandemia de COVID-19. Com a pandemia, a universidade passou a ter somente atividades remotas, o que desconstruiu, de uma hora para a outra, o mercado consumidor que sustentava economicamente o arranjo descrito acima. A realidade então se impôs ao empreendimento, que deixou o processo de incubação, e se estruturou como uma marmitaria na cidade, que segue suas atividades de maneira autônoma e sustentável.

Contribuição de cada autor

S.D.P. conduziu o processo de investigação, coordenando as atividades e a elaboração do artigo, assim como a sua escrita. I.A.O.L. e M.I.L.C. se dedicaram principalmente à análise teórica e revisão do texto final.

Referências

- Drummond, S., Pereira, A., & Aquino, I. (2022). Reação negativa ao processo de incubação de empreendimento de Economia Solidária. *Otra Economía*, 15(28), 125-141.
- Enriquez, E. (2002). *A organização em análise*. Petrópolis, Editora Vozes.
-

-
- Ferreira, F. M., Lombardi, L., Severino, M. R., Carvalho, C. R. R., & Campos, F. R. (2019). Políticas Públicas de Economia Solidária: uma Revisão da Literatura. *Revista De Economia Do Centro-Oeste*, 5(1), 49–69. <https://doi.org/10.5216/reoeste.v5i1.60222>
- Freud, S. (1996a). Inibição Sintoma e Ansiedade. In S. Freud. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XX. (pp. 79-17). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996b). Fragmento da análise de um caso de histeria. In S. Freud. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XVII. (pp. 14-116). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996c). Conferência XXIV, o estado neurótico comum. In S. Freud. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XVI. (pp. 379-392). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996d). O mal estar na civilização. In S. Freud. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XXI. (pp. 65-148). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996e). A perda da realidade na neurose e na psicose. In S. Freud. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XIX. (pp. 201-209). Rio de Janeiro: Imago.
- Machado, M. (2010). Intervenção Psicossociológica, Método Clínico, de Pesquisa e de Construção Teórica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2), 157-181.
- Moraes, R., Nogueira, C., Papel, P., & Alencar, M. (2017). Psicologia e Economia Solidária: Revisão integrativa da literatura. *Revista Fafibe*, 10(1), 154-171.
- Pires, S., & Silva, A. (2019). O desejo como sintoma na economia solidária: Uma perspectiva psicossociológica. *PerCursos*, 20(44), 280-303. <https://doi.org/10.5965/1984724620442019280>
- Silva, S. (2018). O Campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: Abordagens metodológicas e dimensões analíticas. *Textos para discussão 2361*. Ipea. Recuperado de <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8255n>

Como citar este artigo:

Pires, S. D., Lima, I A. O., & Castro, M. I. L. (2024). Dificuldade na desincubação em economia solidária: Os ganhos em se manter dependente da universidade. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 15(3), 243-253.
